



“PRETA E ACADÊMICA”: A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA CONTRA O ENCARCERAMENTO EM MASSA A PARTIR DA PRÁTICA DO CIBERFEMINISMO

"BLACK AND ACADEMIC": THE RESISTANCE OF THE BLACK WOMAN AGAINST MASS JAILING FROM THE PRACTICE OF CIBERFEMINISM

Fernanda dos Santos Rodrigues Silva¹
Gabriela Rousani Pinto²
Rafael Santos de Oliveira³

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar o significado de ciberativismo e sua utilização por parte do feminismo negro e a modificação da realidade social da mulher negra, dentro do contexto brasileiro, especificamente no sistema penal. Para isso, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, a partir do estudo amplo dos conceitos de ciberativismo e da realidade de encarceramento negro no Brasil a fim de analisar a influência das mobilizações em rede para a transformação social. Como procedimento, foi utilizado o monográfico, por ter relação direta com a dedução e possibilitar a análise ampla dos assuntos abordados no estudo. Por fim, como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a observação direta sistemática e não-participativa da página online “Preta e Acadêmica”. Diante disso, concluiu-se que o ciberfeminismo negro, a partir da criação de páginas online, como a “Preta e Acadêmica”, se mostra crucial à construção de uma representatividade negra no meio acadêmico e empoderamento das usuárias, para que estas consigam concluir o ensino superior nas mais diversas áreas de ensino e se afastarem das barreiras da seletividade penal.

Palavras-chave: ciberativismo; ciberfeminismo; sistema penal.

ABSTRACT

The present work aims to study the meaning of cyberactivism and its use by black feminism and the modification of the social reality of black women within the Brazilian context, specifically in the penal system. For this, the method of deductive approach was used, based on a broad study of the concepts of cyberactivism and the reality of black imprisonment in Brazil in order to analyze the influence of the mobilizations in a network for social transformation. As a procedure, the monographic was used, because it is directly related to the deduction and allows a broad analysis of

¹ Estudante de graduação do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet (CEPEDI). Bolsista FIPE/Sênior UFSM. fernanda_1849@hotmail.com

² Estudante de graduação do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet (CEPEDI). Bolsista PIBIC/CNPq 2017. gabrielarousanip@gmail.com

³ Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet (CEPEDI). rafael.oliveira@ufsm.br



the subjects addressed in the study. Finally, as research techniques, the bibliographic research and the systematic and non-participatory direct observation of the online page "Preta e Acadêmica" were used. It was concluded that black cyberfeminism, from the creation of online pages, such as "Preta e Acadêmica", is crucial to the construction of a black representation in the academic environment and empowerment of the users, so that they can conclude the higher education in the most diverse areas of education and move away from the barriers of criminal selectivity.

Key-words: cyberactivism; cyberfeminism; penal system.

INTRODUÇÃO

A partir sua disseminação crescimento de acesso por parte da sociedade, as novas tecnologias de informação e comunicação se tornaram novas ferramentas para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações civis para a luta pelas respectivas causas. Essas tecnologias advindas da terceira revolução industrial, ou revolução tecnológica, proporcionam a agregação de pessoas em âmbito global, a propagação de discussões e reflexão e, por fim, a facilidade para a mobilização de pessoas com interesses semelhantes.

A partir da formação da sociedade em rede e da utilização das novas tecnologias pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, essas tecnologias, principalmente a Internet, se convertem em ferramentas de transformação social, a partir da conscientização, desconstrução e empoderamento. Nesse contexto surge o ciberativismo, ou ativismo em rede, que é tratado como uma forma de utilização das redes, onde indivíduos e grupos têm suas reivindicações e ações potencializadas pelos ambientes conectados e descentralizados da Internet.

Além disso, o ativismo em rede pode ser visto como uma forma alternativa ao monopólio exercido pelos meios de comunicação de massa e ao controle sócio-discursivo que, segundo determinadas correntes, alegadamente exercem. Dessa forma, os movimentos sociais, como o feminismo negro, utilizam das redes online para a disseminação das pautas e para o fortalecimento da identidade negra, como é o caso da página online "Preta e Acadêmica", que busca incentivar a mulher negra a se reconhecer e adentrar no mundo acadêmico como forma de resistência ao encarceramento em massa.

Diante desse contexto, questiona-se neste trabalho, qual é a importância da utilização do ativismo online para a construção de uma representatividade negra e para a



transformação social? Assim, a pesquisa objetiva estudar o significado de ciberativismo e sua utilização por parte do feminismo negro e a modificação da realidade social da mulher negra, dentro da realidade brasileira.

Para isso, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, a partir do estudo amplo dos conceitos de ciberativismo e da realidade de encarceramento negro no Brasil a fim de analisar a influência das mobilizações em rede para a transformação social. Como procedimento, foi utilizado o monográfico, por ter relação direta com a dedução e possibilitar a análise ampla dos assuntos abordados no estudo. Por fim, como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a observação direta sistemática e não-participativa da página online “Preta e Acadêmica”.

Dessa forma, o presente trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro, “Novas tecnologias de informação e comunicação e o surgimento do ciberfeminismo”, onde foi abordado o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação nas relações sociais e nas formas de mobilização em rede e o surgimento e conceito do ciberativismo utilizado pelos movimentos sociais e pela sociedade civil.

Já o segundo, “‘Preta e acadêmica’: a resistência da mulher negra na internet contra o encarceramento em massa”, trata do punitivismo seletivo por parte do sistema penal, que recaiu sobre o corpo negro e, desde sempre, tem se desenvolvido na direção do chamado “etiquetamento social”.

Assim, foi demonstrado que, diante da falta de apoio estatal, o feminismo negro buscou meios alternativos para o empoderamento feminino e combate ao racismo, principalmente por meio da educação. Todavia, o meio acadêmico brasileiro ainda é opressor, o que desestimula a entrada e permanência das mulheres negras na academia.

Por esse motivo, o ciberfeminismo negro, a partir da criação de páginas, como a “Preta e Acadêmica”, se mostra crucial à construção de uma representatividade negra no meio acadêmico e empoderamento das usuárias, para que estas consigam concluir o ensino superior nas mais diversas áreas de ensino e se afastarem das barreiras da seletividade penal.



1 NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O SURGIMENTO DO CIBERFEMINISMO

Os movimentos sociais face às novas tecnologias de informação e comunicação, segundo Machado⁴, acabam impactando em suas formas de atuação. As características colocadas pelo autor são: proliferação e ramificação dos coletivos sociais; horizontalidade e flexibilidade das redes; tendência coalizacional; existência dinâmica; minimalismo organizacional-material; universalismo e particularismo das causas; grande poder de articulação e eficiência; estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas; multiplicidade de identidades e circulação de militantes; e identidade difusa dos sujeitos sociais.

Notadamente, uma das estratégias de utilização das novas mídias, principalmente a Internet, que mais modificou a atuação dos movimentos sociais é a prática do ciberativismo, a partir de ações articuladas por sujeitos sociais com interesses e pautas em comum, que integram uma sociedade em rede⁵. Nesse sentido, a Internet proporciona a multiterritorialização das estratégias de planejamento, articulação e mobilização dos movimentos sociais.

Essa nova forma de organização em rede resulta, conforme Machado, na “ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de identidades, interesses e crenças, e em um espaço muito curto de tempo”⁶. Assim, as estratégias dos fluxos, que são deslocalizadas, buscam conectar identidades, objetivos e visões de mundo.

⁴ MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias* n°.18. Porto Alegre Jul/Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222007000200012&script=sci_artte. Acesso em: 10 set. 2017.

⁵ Termo criado pelo sociólogo Manuel Castells. In: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁶ MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias* n°.18. Porto Alegre Jul/Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222007000200012&script=sci_artte. Acesso em: 10 set. 2017, p. 268.



De acordo com Manuel Castells⁷, a formação das redes se redimensiona, na atualidade, a partir de três processos que estão relacionados às exigências do setor econômico globalizada por flexibilização administrativa e organização do capital, à supremacia de valores sociais relacionados à liberdade individual e à comunicação aberta, potencializados pelos avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações, possibilitados pela revolução tecnológica.

Ademais, as redes reconfiguram as lógicas da organização social contemporânea, que se caracteriza pela geração, processamento e transmissão da informação como fontes fundamentais de produtividade e de poder social, ou contradomínio, que condicionam e/ou impactam em diversos âmbitos, como a economia, o conhecimento, o poder, a comunicação e a tecnologia⁸.

Dessa forma, as redes, que emergem da resistência de sociedades locais, visam a produção de uma nova sociedade, a partir da conscientização e da resistência. Nesse contexto, segundo Ronald Deibert⁹, os teóricos mais otimistas acreditam que as redes de cidadãos constituem uma potencial expressão de participação genuinamente democrática, nas arenas até então monopolizadas pelo Estado e por corporações transnacionais, sendo que a Internet é considerada essencial para que essas redes se desenvolvam e tenham autonomia frente às formas de poder tradicionais.

A partir da atuação de grupos na Internet, a partir do ativismo em rede, ou ciberativismo, é possível ampliar as reivindicações e difundi-las nas mais variadas parcelas da sociedade, construir e compartilhar informações e incentivar discussões, além de organizar ações online e offline em prol de uma causa. Nesse sentido, o ciberativismo é considerado, por Antoun e Malini¹⁰, como a biopolítica da rede, ou seja, a forma pela qual manifestações autônomas conseguem exceder os controles e bloqueios dessa estrutura.

Para David de Ugarte¹¹, o ciberativismo é o mesmo que uma estratégia elaborada por grupos que utilizam a internet para mudar a agenda pública, pautando o cotidiano com temas de interesse

⁷ CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁹ DEIBERT, Ronald J. International plug'n play? Citizen activism, the Internet, and the global public policy. **International Studies Perspectives**, 1, 255-272, 2000, p. 256.

¹⁰ ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio, **Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos, XIX Encontro da Compôs**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2010

¹¹ UGARTE, David de. **O poder das redes.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 111.



do movimento, alçando tais ideias aos meios de comunicação tradicional. Assim o autor elenca o discurso, as ferramentas e a visibilidade como os três elementos que compõem o ciberativismo, que, consoante seu entendimento, é uma estratégia que necessidade de mobilização coletiva.

Conforme Gabriela Diniz e Maurício Caleiro¹²:

Um dos principais objetivos deste ativismo eletrônico é combater o desinteresse pela coisa pública e criar canais de participação autênticos. Através de sites, blogs e/ou portais mobilizadores, pessoas, não necessariamente de um determinado espaço comum, podem organizar movimentos, difundir opinião e informação, agregar pessoas, promover ações físicas e eletrônicas, expressar seus descontentamentos em relação aos problemas cotidianos. Trata-se de utilizar as diversas ferramentas da Internet (fóruns, chats, websites, email) para difundir informação, reunir pessoas, propor idéias e ações. Essa é a esperança, mas uma esperança alicerçada em experiências concretas e em um fenômeno social planetário: o ciberativismo.

O ciberativismo possibilita que o receptor, pr vezes oprimido ou ignorado pelos meios tradicionais de comunicação, se torne, a partir do mundo digital, igualmente o emissor de suas demandas, interesses e lutas, ocorrendo, assim, uma inversão de papéis, em uma retoralimentação constante. Além disso, a partir da horizontalização causada nos movimentos sociais, as pautas passam a se diversificar e se construir a partir da interlocução de interesses locais e globais.

Isso ocorre, por exemplo, com o feminismo negro, que, a partir da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, com o ciberfeminismo, passou a desenvolver diversas estratégias para o empoderamento e representatividade negra, além do combate ao racismo intrínseco na sociedade. Sua atuação foi disseminada a partir de páginas e sites na web, que buscam a realização de objetivos diversos de resistência, de acordo com os principais interesses das mulheres negras.

Assim, como forma de elucidação, será analisada a página online “Preta e Acadêmica”, suas finalidades, sua classificação e importância para a resistência da mulher negra contra o encarceramento em massa, um problema grave a ser enfrentado no Brasil.

¹² DINIZ, Gabriela Faleiro; CALEIRO, Maurício. Web 2.0 e Ciberativismo: O poder das redes na difusão de Movimentos Sociais. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 2176 - 5111 São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - Nº 8, p. 2.*



2 “PRETA E ACADÊMICA”: A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA NA INTERNET CONTRA O ENCARCERAMENTO EM MASSA

De acordo com o último relatório do Departamento Penitenciário Nacional,¹³ por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, do ano de 2014, o encarceramento feminino vem aumentando em uma proporção de 10,7% ao ano, desde 2015. Em que pese aparentemente pouco significativa, isso quer dizer, em números absolutos, que a população carcerária feminina pulou de 12.925 em 2005 para 33.793 em 2014.

O que cabe destacar, porém, é que cada vez mais esse encarceramento vem se restringindo a um determinado estrato social da população brasileira. Segundo o INFOPEN Mulheres,¹⁴ a faixa etária das mulheres presas no Brasil está, principalmente, entre 18 a 24 anos (27%), de maioria negra (68%), com ensino fundamental incompleto (50%) e em reclusão por tráfico de drogas ou associação ao tráfico (68%).

Nessa senda, os maiores índices de encarceramento das mulheres negras se encontram nos estados das regiões Norte e Nordeste, onde a própria população negra já é superior, em número, em relação à população branca, enquanto que nos estados do Sul do país os percentuais diminuem, apesar de permanecerem elevados. No ponto, 33% da população carcerária feminina do estado do Rio Grande do Sul são mulheres negras.

De toda sorte, essa seletividade não se faz nova no cenário do direito penal. O Poder Judiciário brasileiro tem uma longa história atrelada ao punitivismo seletivo. Zaffaroni é o principal autor a tratar sobre a seletividade do sistema penal que, desde os primórdios, tem se desenvolvido na direção do chamado “etiquetamento social”, em que determinados indivíduos da sociedade são tipificados como inimigo penal do Estado e, conseqüentemente, sofrem violenta repressão por parte das forças policiais.¹⁵ No Brasil, essa seletividade recaiu sobre o corpo negro desde a abolição da escravatura, período este

¹³ VITTO, Renato Campos Pinto de; SANTOS, Thandara (coord.). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**: dezembro 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, p. 39. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 13 set. 2017.

¹⁴ VITTO, Renato Campos Pinto de; SANTOS, Thandara. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**: junho de 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 13 set. 2017.

¹⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O Inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 23.



em que os ex-escravos não tiveram qualquer política pública de reparação por todo o tempo em que foram privados de sua liberdade.

O quadro daquela época, entretanto, ainda possui fortes reflexos atualmente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2014, a cada quatro pessoas que estão entre as 10% mais pobres do país, 3 pessoas são negras.¹⁶ Dentro da parcela de negros no Brasil, que era de 54% em 2014, 30,5% estavam entre os 30% mais pobres do Estado.¹⁷ Como já diria Jorge Amado, em seu romance *Jubiabá*, “todo pobre agora já virou negro”,¹⁸ ao ser um dos precursores a conjugar os problemas da população negra e mestiça com as desigualdades de classes.¹⁹

Muito mais vulnerável, portanto, diante da falta de apoio estatal tanto em questões sociais como econômicas, os negros e negras têm sofrido diretamente com as políticas de segurança pública no Brasil, que são caracterizadas por operações policiais repressivas nas favelas e áreas marginalizadas, sob o pretexto da sagrada “guerra às drogas”.²⁰ Mesmo sem uma sentença penal condenatória transitada em julgado, as pessoas apreendidas nessas operações são jogadas dentro das prisões sem previsão de saída, afrontando sobremaneira o seu direito de liberdade e a própria dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, embora muitas vezes não diretamente envolvidas nos crimes de tráfico, as mulheres negras acabam presas por auxiliarem seus filhos e maridos no comércio de drogas, servindo de “mula” ou, até mesmo, levando esse tipo de material para dentro das penitenciárias, onde seus companheiros se encontram.²¹ Desse modo, inseridas em um contexto de criminalidade compulsória (seja porque sua família depende daquilo para subsistência, seja porque são coagidas ou ameaçadas, nas periferias onde

¹⁶ UOL ECONOMIA. Negro representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. 04 dez. 2015. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em 16 set. 2017.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 281.

¹⁹ ROSSI, Gustavo. “Todo pobre já virou negro”. *Revista Cult*, São Paulo, nº 165. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/jorge-amado-todo-pobre-ja-virou-negro/>>. Acesso em 16 set. 2017.

²⁰ ANISTIA INTERNACIONAL. Você matou meu filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015, p. 5. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em 15 set. 2017.

²¹ MACHADO, Juliana; OLIVEIRA, Henrique. Sistema prisional, mulheres e o caso Adriana Ancelmo. *Revista Justificando*, 06 abr. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/06/sistema-prisional-mulheres-e-o-caso-adriana-ancelmo/>>. Acesso em 15 set. 2017.



vivem, a transportar drogas para dentro de presídios), as mulheres negras são altamente estigmatizadas e isoladas, pois afastadas de seus filhos pequenos (quando os têm) e do resto de seu núcleo familiar.²²

Ademais, não só o convívio com parceiros envolvidos na criminalidade reforça o caminho do presídio para a mulher negra, como também a baixa escolaridade que é característica de moradores da periferia. Conforme dados já transcritos do Infopen Mulheres, 50% das mulheres presas no Brasil possuem ensino fundamental incompleto. Cuida-se de grande fator não apenas para a desinformação, como também para rejeição dentro do mercado de trabalho, que tende a exigir a escolaridade mínima de ensino médio para contratações.

No ponto, as pautas do feminismo negro, ao associar questões sociais e econômicas ao preconceito de gênero e raça, são voltadas, principalmente, para a busca da “permeabilidade do Estado aos grupos subordinados para que eles participem de iniciativas da sociedade que visam à redistribuição dos participativos para decisão da alocação de recursos simbólicos materiais”,²³ permitindo compreender a clara dependência entre opressão racial com “opressões de gênero, heteronormatividade e exploração econômica”. Assim, o empoderamento feminino negro, especialmente, por meio da educação é uma forma de armar as mulheres negras contra a discriminação múltipla que sofrem (de gênero, raça e classe social).

Nessa senda, o presente artigo buscou no ciberfeminismo negro, através da página “Preta e Acadêmica”, hospedada na rede social Facebook, formas de resistência da mulher negra às barreiras da seletividade penal, por meio da valorização das negras que conseguem concluir o ensino superior nas mais diversas áreas de ensino. Em nenhum momento, porém, está-se a ignorar o fato de que muitas pessoas, inclusive dentro do próprio público alvo, não possuem sequer acesso à Internet. Todavia, ainda assim, sabe-se que o alcance das mídias digitais pode, ao menos, dar maior visibilidade à causa.

²² BOITEUX, Luciana. Encarceramento feminino e seletividade penal. **Informativo Rede Justiça Criminal**, 9ª. ed. Disponível em: < <http://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>>. Acesso em 15 set. 2017.

²³ RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro: para além de um discurso identitário. **Revista Cult**, São Paulo, dossiê, jun./2017. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/>>. Acesso em 16 set. 2017.

4

CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIREITO E CONTEMPORANEIDADE

EDIÇÃO 2017



8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Com quase 160 mil curtidas e com postagens que atingem milhares de visualizações diariamente, a página “Preta e Acadêmica”²⁴ busca trazer, principalmente, postagens de cunho informativo, a respeito de mulheres negras que se formaram recentemente em algum curso superior, incluindo, em alguns momentos, breves relatos da história de vida daquela pessoa.

Imagem 1: página “Preta e Acadêmica”.

Fonte: Facebook.²⁵

Imagem 2: postagem na página “Preta e Acadêmica”.

Fonte: Facebook.²⁶

²⁴ Endereço URL: <https://www.facebook.com/PretaAcademica/>

²⁵ FACEBOOK. Preta e acadêmica. Disponível em: <<https://web.facebook.com/PretaAcademica/>>. Acesso em 15 set. 2017.

²⁶ *Idem*.



Utilizando-se a classificação de David de Ugarte²⁷, o ciberativismo pode utilizar dois tipos de atuação. A primeira pode ser caracterizada como campanha, com um centro, com ações organizadas para a difusão de uma idéia. Já a segunda, trata-se da mobilização em busca da criação de um grande debate social distribuído, que é o caso do ciberativismo desempenhado pela página “Preta e Acadêmica”. Ainda, segundo o autor, esse tipo de ativismo digital, apesar de possuir uma finalidade, não há como mensurar as conseqüências da atuação.

Quanto a André Lemos²⁸, ao considerar o ciberativismo como as práticas sociais de colaboração para o uso político da rede, classifica o ativismo digital em três tipos, quais sejam, conscientização e informação, organização e mobilização e hacktivism. Como o ativismo, a partir da página “Preta e Acadêmica”, visa, principalmente, a difusão da representatividade e o empoderamento das mulheres negras, este pode ser enquadrado na primeira categoria.

Semelhantemente, Sándor Vegh²⁹ classifica os tipos de mobilização a partir do uso da rede. A primeira categoria se relaciona com organizações de conscientização e apoio, cuja web se torna um meio de aquisição de informações alternativo aos meios de comunicação em massa. Em relação à segunda categoria, esta incluiria a organização e mobilização a partir da Internet para uma ação específica. Por fim, a terceira é formada pelas iniciativas de ação/reação, como o apoio online e o congestionamento de sites. Novamente, o ciberativismo analisado neste trabalho pode ser enquadrado na primeira categoria.

Em que pese não seja voltada especificamente para a luta contra o encarceramento de mulheres negras, a “Preta e Acadêmica” é uma importante vitrine para que outras negras se enxerguem em um mundo tão elitista e, ainda, majoritariamente branco, como é o mundo acadêmico. A representatividade é uma pauta do feminismo negro que pode ter

²⁷ UGARTE, David de. **O poder das redes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

²⁸ LEMOS, André. **Ciberativismo**. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf> Acesso em: 14 set. 2017, p. 1.

²⁹ VEGH, Sándor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003, p. 71.



na Internet e no ativismo digital fortes aliados como forma de construção identitária e de transformação social.

CONCLUSÃO

É inegável a visibilidade que o ciberativismo pode trazer para as pautas dos movimentos sociais. Em um mundo cada vez mais conectado digitalmente, faz-se necessário também que a própria reivindicação de direitos encontre espaço no meio virtual, seja por meio de campanhas ou pela busca de debates sociais distribuídos, conforme citado anteriormente. Nesse sentido, o que se vê é que as redes sociais têm sido o principal instrumento para tanto.

No ponto, importante papel tem sido desenvolvido pelo feminismo negro na Internet, uma vertente específica para mulheres negras dentro do feminismo em geral, através de páginas como a “Preta e Acadêmica”, no Facebook, ao promover a representatividade da mulher negra em um espaço ainda tão elitista e segregado como o é o meio acadêmico. Em um país onde mais da metade da população carcerária feminina é composta por mulheres negras e de baixa escolaridade, é fundamental uma mobilização que promova a ocupação de locais privilegiados por essa parcela tão marginalizada da população.

Não se ignora em momento algum, porém, que grande parte do próprio público alvo não tem condições econômicas de acessar a Internet a qualquer momento, diante da alarmante falta de assistência do Estado - de toda sorte, tal fato não possui o condão de impedir que o movimento feminista negro crie formas de resistência através das redes sociais. Justamente por isso, é imprescindível que se veja também a representação da pauta no meio virtual, como forma de reivindicar também o acesso à Internet pela mulher negra.

A partir do momento em que se permite colocar essa parcela da sociedade em destaque, valorizando suas conquistas acadêmicas e dando visibilidade às dificuldades enfrentadas nesse caminho, não só se está a divulgar cada história particular de vitória, como, principalmente, garantindo que outras mulheres



negras, ao ter contato com esse material, vejam como possível a sua inserção no ensino superior e, ainda mais, o sucesso que podem vir a alcançar. Embora a existência de cotas seja de conhecimento público, é preciso mostrar onde estão esses cotistas e quais têm sido as suas conquistas.

Destarte, o presente trabalho permitiu a conclusão de que páginas como a “Preta e Acadêmica” são, além da mobilização de um movimento social, a própria resistência de um grupo a que se tem, desde longa data, sido negado direitos fundamentais, como o próprio direito à educação. Trata-se, assim, de uma verdadeira ferramenta de transformação social, preocupada em promover a representatividade negra na Internet e a pluralização de ambientes majoritariamente brancos, como as universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Jubiabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!**: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015. Disponível em: < https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf>. Acesso em 15 set. 2017.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio, **Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos, XIX Encontro da Compôs**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BOITEUX, Luciana. Encarceramento feminino e seletividade penal. **Informativo Rede Justiça Criminal**, 9ª. ed. Disponível em: < <http://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>>. Acesso em 15 set. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DEIBERT, Ronald J. International plug'n play? Citizen activism, the Internet, and the global public policy. **International Studies Perspectives**, 1, 255-272, 2000.

DINIZ, Gabriela Faleiro; CALEIRO, Maurício. Web 2.0 e Ciberativismo: O poder das redes na difusão de Movimentos Sociais. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 2176 - 5111 São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - Nº 8**.



8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

LEMOS, André. **Ciberativismo**. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf> Acesso em: 14 set. 2017, p. 1.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias** n.º 18. Porto Alegre Jul/Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222007000200012&script=sci_artte. Acesso em: 10 set. 2017.

MACHADO, Juliana; OLIVEIRA, Henrique. Sistema prisional, mulheres e o caso Adriana Ancelmo. **Revista Justificando**, 06 abr. 2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/06/sistema-prisional-mulheres-e-o-caso-adriana-ancelmo/>. Acesso em 15 set. 2017.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro: para além de um discurso identitário. **Revista Cult**, São Paulo, dossiê, jun./2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/>. Acesso em 16 set. 2017.

ROSSI, Gustavo. “Todo pobre já virou negro”. **Revista Cult**, São Paulo, n.º 165. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/jorge-amado-todo-pobre-ja-virou-negro/>. Acesso em 16 set. 2017.

UGARTE, David de. **O poder das redes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

UOL ECONOMIA. Negro representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. 04 dez. 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>. Acesso em 16 set. 2017.

VEGH, Sándor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

VITTO, Renato Campos Pinto de; SANTOS, Thandara (coord.). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN: dezembro 2014**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, p. 39. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf. Acesso em 13 set. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O Inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.